



AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: QUALIDADE DO TRABALHO ACADÊMICO EM QUESTÃO

Marília Fonseca¹

RESUMEN:

*EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN
BRASIL: CALIDAD DEL TRABAJO ACADÉMICO*

Este artículo intenta polemizar sobre políticas, conceptos y prácticas de la evaluación de la enseñanza superior que están siendo implementadas en Brasil, sobre todo, a partir de la década de los 90. Las diferentes modalidades y mecanismos de evaluación implican cambios significativos en la cultura académica, en el trabajo docente, en la gestión de las instituciones, en las definiciones curriculares y, sobre todo, en la estructuración del campo de la educación superior.

Palabras claves: educación, calidad, evaluación, cultura académica, práctica.

ABSTRACT:

*HIGH EDUCATION EVALUATION IN BRAZIL:
QUALITY OF ACADEMIC WORK*

This article intends to discuss the politics, concepts and practices of the high education's evaluation, that is being implemented in Brazil, from the 90s decade. The different modalities and mechanisms of evaluation imply significant changes in the academic culture, in the teaching work, the management of the institutions, curricular definitions and, over all, in the organization of the high education field.

Key words: education, quality, evaluation, academic culture, practice.

RESUMO: *O artigo busca problematizar as políticas, concepções e práticas e de avaliação da educação superior que vem sendo implementadas no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990. As diferentes modalidades e mecanismos de avaliação implicam em mudanças significativas na cultura acadêmica, no trabalho docente, na gestão das instituições, nas definições curriculares e, sobretudo, na estruturação do campo da educação superior.*

Palavras chaves: educação, qualidade, avaliação, cultura acadêmica, prática.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como base uma pesquisa interinstitucional em fase de execução, com o objetivo analisar as implicações do sistema de avaliação do ensino superior brasileiro no que se refere ao desenvolvimento institucional e ao trabalho acadêmico. A pesquisa é desenvolvida, sob minha coordenação, por professores e alunos dos programas de pós-graduação da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Centro Universitário de Brasília (UNICEUB) e Centro Universitário de Anápolis (Unievangélica).

A pesquisa afirma a sua relevância pela centralidade que a avaliação vem ocupando no conjunto dos sistemas educacionais em todos os seus níveis e modalidades de ensino. Tendo sido instituída a partir da metade da década de oitenta nos Estados Unidos, França,

¹ Fonseca, Marília, Programa de pós-graduação em Educação, Universidad de Brasilia, Brasilia DF, Brasil.

Holanda, Suécia e Inglaterra, a avaliação institucional estendeu-se na década seguinte para diversos países em desenvolvimento. Organizações internacionais como a OCDE, e a Orealc/Unesco desenvolveram amplos programas de avaliação, neste caso, como diagnóstico comparativo internacional, e, portanto, como sustentação para a tomada de decisões políticas, em nível de nações ou mesmo de regiões mais amplas, como a América Latina.

A intenção da pesquisa é aprofundar o conhecimento no campo da avaliação da educação superior, destacando o que de fato acontece no cotidiano de gestão e de produção do trabalho acadêmico. Para tanto, busca refletir sobre as implicações da avaliação em instituições públicas e privadas da região Centro-Oeste, analisando a vinculação avaliação-gestão, avaliação-financiamento, avaliação-curriculo, avaliação-processo de ensino-aprendizagem e avaliação-trabalho docente e discente.

O grupo de pesquisadores parte do ponto de vista de que as diferentes modalidades e mecanismos de avaliação implicam em mudanças significativas na cultura acadêmica, no trabalho docente, na gestão das instituições, nas definições curriculares e, sobretudo, na estruturação do campo da educação superior. Por essa razão, a avaliação é um processo complexo, cujos resultados têm gerado reações diferenciadas ou mesmo conflitantes por parte da sociedade brasileira. Alguns afirmam o seu impacto positivo no redimensionamento do ensino superior, na forma de adequações curriculares e de melhoria do corpo docente. Outros apontam para o efeito negativo da sua dimensão competitiva e discriminadora, na forma de classificação interinstitucional.

Como pressuposto básico, o grupo considera que a avaliação institucional não deve ser reduzida a medidas de determinados produtos para utilização da burocracia estatal. É preciso considerar que, em sua própria formulação, os programas de avaliação referem-se recorrentemente ao propósito de estimular a qualidade e a equidade do ensino. Por seu intermédio, espera-se que sejam produzidas informações objetivas sobre o sistema, o que permite a tomada de decisões políticas no nível do Estado e a reestruturação do financiamento da educação. Admite-se ainda que a avaliação externa é uma questão em debate e que muitos são os desafios a serem superados para que as propostas de avaliação atinjam os objetivos proclamados: seja no sentido de subsidiar o redirecionamento das políticas públicas de educação ou no sentido de provocar mudanças qualitativas no desempenho das instituições avaliadas.

Como ponto básico para a análise do tema, levou-se em consideração ainda a proposta oficial do governo brasileiro, que evoca para si a missão de articular de forma coerente concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo. A construção deve ser assumida coletivamente, com informações para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, auto-regulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e cumprimento das demais funções públicas.

A despeito de sua ampla disseminação como um dos itens nucleares da política educacional brasileira, a avaliação do ensino superior corre o risco de ser tomada como um fim em si mesma, caso seja ignorada a sua complexidade conceitual e empírica. Neste caso, limita-se a estabelecer comparações, servindo simplesmente ao propósito de gerar competição entre instituições. Este é um risco que pode criar situações constrangedoras para aquelas cujo

desempenho tenha sido desfavorável. Pode ainda gerar resistência por parte dos atores envolvidos na construção da ação que se quer avaliar, prejudicando o seu compromisso com o próprio processo avaliativo e, conseqüentemente, com a qualidade das informações levantadas.

A questão que se coloca é como implementar uma proposta de avaliação na perspectiva de dar relevo aos significados das informações. Nesse sentido, o que prevalece é a finalidade da avaliação, que pode ser definida pelo enfoque teórico-conceitual que a sustenta, pelo significado das informações que se coletam para o Estado e para a sociedade, enfim, pela sua importância e implicações para os destinatários.

Os estudos produzidos no campo da avaliação mostram que esta pode ser compreendida por diferentes significados. Dependendo da finalidade, a avaliação pode ser orientada qualitativamente, valorizando o processo realizado pela própria instituição e buscando criar condições para que ela trabalhe diferentemente com a diversidade institucional. Outros se reportam a resultados padronizados, valorizam o produto das ações implementadas e recorrem à avaliação externa, utilizando-se de recursos quantitativos para avaliar o desempenho institucional; enfim, inscrevem-se na função reguladora do Estado. Há, portanto, pontos não consensuais que se referem à definição dos próprios objetivos, à fixação das estratégias e instrumentos adotados e, ainda, a polêmica quanto à divulgação dos resultados. A abrangência da avaliação é outro ponto em debate. Há um impasse na seleção da representação e dimensão da população que melhor retrate a realidade do ensino, alternando-se entre uma avaliação por amostra ou censitária (Barreto e Pinto, 2000, Maluf, 1996).

A utilização dos resultados também é ponto de questionamento. Embora nos discursos oficiais dos responsáveis pelos sistemas avaliativos afirme-se que a intenção não é gerar competição entre as instituições e entre professores, a realidade mostra o contrário. O *ranking* interinstitucional passa a ser inevitável, podendo criar situações embaraçosas para a instituição e seus alunos, caso o desempenho não tenha sido favorável. Da mesma forma, uma proposta de avaliação não pode encerrar suas atividades com a divulgação dos resultados que, *per se*, não geram as transformações em direção à melhoria da qualidade das atividades educacionais. Uma proposta coerente deve levar à construção de uma cultura avaliativa de caráter permanente e formativo, capaz de oferecer subsídios para a tomada de decisões na perspectiva da qualidade. Implica, portanto, que a reflexão coletiva sobre o significado das informações colhidas pela avaliação supera em importância os dados propriamente ditos.

Os documentos oficiais brasileiros produzidos pelo Ministério da Educação deixam claro que a relevância da avaliação institucional está em relação direta com a qualidade da educação superior. Seja na modalidade de auto-avaliação institucional ou de avaliação externa, na forma de exames voltados para quantificação dos resultados da aprendizagem de estudantes, a avaliação é utilizada como medida de qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica, nas instituições de ensino, além de se constituir em um dos instrumentos utilizados para administrar o sistema nacional de ensino superior e em um dos critérios para a definição das regras do seu financiamento.

Portanto, é preciso atentar para o uso que os gestores das instituições avaliadas, assim com os seus docentes, fazem das informações obtidas nas avaliações. Se a avaliação tem sua justificativa na qualidade do ensino, não pode prescindir de intervenção, seja por parte do

Estado ou do próprio núcleo da gestão institucional. Se a avaliação não for seguida por medidas concretas para o redimensionamento das atividades institucionais, torna-se apenas um instrumento de controle do sistema, sem compromisso com a melhoria da qualidade apregoada no discurso oficial.

A questão que se quer destacar é que a avaliação institucional não deve ser reduzida a medidas de determinados produtos para utilização da burocracia estatal. Em sua própria formulação, os programas de avaliação referem-se recorrentemente ao propósito de estimular a melhoria da qualidade e a equidade do ensino. Por seu intermédio, espera-se que sejam produzidas informações objetivas sobre o sistema, que permitam a tomada de decisões políticas no nível do Estado, a reestruturação do financiamento da educação e, internamente, no âmbito das instituições, uma mudança de cultura no tocante à articulação entre avaliação e qualidade das atividades acadêmicas.

UMA BREVE RETROSPECTIVA SOBRE A AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

No Brasil, a avaliação da educação iniciou-se como política estatal nos anos de 1980. No decorrer da década, em virtude do crescimento de cursos superiores e da matrícula no setor público, a avaliação despontou como uma forma de se tentar assegurar a qualidade do ensino. Em 1983, o Ministério da Educação implementou o “Programa de Avaliação da Reforma Universitária” que aplicou questionários em alunos e dirigentes das instituições para verificar o impacto da Reforma Universitária definida pela Lei nº 5.540/68. O projeto governamental dispunha, dentre outras medidas, que os resultados da avaliação fossem utilizados como referência para o próprio financiamento da educação superior, inclusive distribuindo recursos especiais para os chamados *Centros de Excelência*. A proposta não foi bem recebida pela comunidade acadêmica e não alcançou legitimidade necessária para a sua implementação. (Brasil. MEC/INEP, 2003, p. 17)

Na início da década de 1990, foi criado o Programa da Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, que logrou grande adesão das instituições pelo seu caráter participativo e auto-avaliativo. Boa parte dessa aceitação do Programa deveu-se à ênfase conferida à autonomia das Universidades, que puderam conceber e planejar os seus projetos de avaliação institucional com amplo envolvimento da comunidade universitária. No período que se seguiu, o Programa perdeu força pela instauração de um novo governo e de novas políticas educacionais.

Em 1995, o Brasil definiu um conjunto de mudanças para gerar o que se chamou de “Reforma do Estado”. Foram implementadas iniciativas voltadas para a promoção de mudanças no aparato burocrático, cujo objetivo central era imprimir eficiência ao setor público. Uma das ações prioritárias foi a descentralização administrativa, pela qual seriam transferidas funções da burocracia central para estados e municípios e para as denominadas organizações sociais, ditas públicas não estatais. Para evitar qualquer risco de enfraquecimento institucional do Estado, em decorrência da transferência de suas funções, foram adotadas medidas reguladoras, capazes de impedir que a exacerbação da autonomia no processo de descentralização conflitasse com as metas governamentais. No documento oficial: “Plano

Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, justificou-se a avaliação externa dos diferentes setores do governo como instrumento para garantir a capacidade do Estado de implementar de forma eficiente as políticas públicas descentralizadas, ou seja, a “governança” (Brasil. Mare, 1995)

Para responder às finalidades da reforma do Estado, o setor educacional sofreu um processo de descentralização em todos os níveis e modalidades, sendo transferidas para as administrações locais a responsabilidade pela eficiência e eficácia do ensino. A avaliação educacional ganhou evidência por meio da adoção de diversos programas nacionais, desde o nível fundamental ao superior.

A partir daí, a avaliação do ensino superior tornou-se objeto de destaque, sendo contemplada com políticas, ações e estudos específicos com diferentes objetivos. De um lado, o Plano Nacional de Educação estabelecia a instituição de uma nova racionalidade do sistema de ensino superior, tendo em vista uma expansão mais acelerada do número de estudantes e instituições. De outro, lado, sugeria a implantação de núcleos de estudos na área de avaliação em universidades e centros de investigação, formação e capacitação de recursos humanos e a produção de pesquisa aplicada para subsidiar a qualidade educacional.

O novo sistema de avaliação privilegiou o ensino de graduação, articulando-se fortemente à política deliberada de expansão do ensino superior que foi praticada no país, notadamente na esfera privada. Justificava-se o crescimento do setor privado pelas limitações orçamentárias do governo para a expansão da esfera pública. Nesse contexto, a avaliação, segundo os pronunciamentos oficiais do Ministério da Educação, teve a incumbência de zelar pela qualidade dos cursos e das instituições, impondo uma “cultura de aprimoramento” (Brasil/MEC, 2003).

O Ministério divulgava amplamente, a cada ano por meio da *mídia* os resultados do Exame Nacional de Cursos, baseados em *ranqueamento*, o que ampliou a competição interinstitucional, sobretudo entre as instituições privadas, o que gerou uma lógica de disputa *inerente* ao campo científico-universitário.

A partir de 2003, um novo Governo eleito instituiu a Comissão para apresentar proposta de modificação do sistema de avaliação da educação superior. O trabalho dessa Comissão culminou, em 2004, com a aprovação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Tal sistema é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes pretende avaliar os aspectos que giram em torno do ensino, da pesquisa e da extensão, verificando a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

O Sinaes afirma em seus princípios que “a educação é um direito e um bem público, entende que a missão pública da Educação Superior é formar cidadãos, profissional e cientificamente competentes e, ao mesmo tempo, comprometidos com o projeto social do País” (Brasil/MEC/INEP, 2003). Dispõe-se a realizar uma análise diagnóstica, apresentar propostas para a reformulação das políticas de avaliação e regulação, valorizar as instituições de educação superior e afirmar a importância do Estado na melhoria da qualidade da educação superior.

O atual sistema evoca para si a missão de articular de forma coerente concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo. A construção deve ser assumida coletivamente, com informações para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, auto-regulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e cumprimento das demais funções públicas (Brasil/MEC/INEP, 2003 p.82). O Sinaes deve ainda articular duas dimensões importantes: a) avaliação educativa propriamente dita, de natureza formativa, voltada para aumentar a qualidade e as capacidades de emancipação; e, b) a regulação e o credenciamento.

Concretizado em três macro-ações, o Sinaes preconiza a ocorrência de um amplo programa de auto-avaliação das instituições, a ocorrência de um Exame Nacional de Desempenho Discente (Enade) e um programa de verificação das condições de oferta de ensino, abordando aspectos que giram em torno do ensino, da pesquisa e da extensão, verificando a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações, entre outros aspectos.

O Enade tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos de graduação não somente em termos dos conteúdos disciplinares, como ocorria no antigo Exame Nacional de Cursos. A inovação consiste em avaliar a aprendizagem na forma de aferição de competência e habilidades dos estudantes. Para tanto, conta com uma série de etapas e instrumentos que se complementam: auto-avaliação institucional, avaliação externa, Enade, avaliação das condições de ensino e instrumentos de informação (censo e cadastro). O exame é realizado por amostragem e a participação dos estudantes constará no seu histórico escolar, ou, quando for o caso, sua dispensa pelo Ministério da Educação. O Ministério seleciona a amostra dos alunos habilitados a fazer a prova a partir da inscrição, na própria instituição de ensino superior.

As informações são preenchidas pelas Instituições via formulário eletrônico, possibilitando a análise prévia da situação dos cursos e facilitando a verificação *in loco*. Este formulário é composto por três grandes dimensões: a qualidade do corpo docente, a organização didático-pedagógica e as instalações físicas, com ênfase na biblioteca. As notas atribuídas pela comissão de avaliação da área levam em conta as dimensões acadêmicas, profissionais e pessoais. Todos os docentes selecionados integram o banco de dados oficiais, e podem ser contatados de acordo com as necessidades do cronograma de avaliações. A intenção é que as informações obtidas sejam utilizadas pelas instituições de ensino superior, para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões quanto à situação dos cursos e das instituições.

O processo de seleção dos avaliadores observa ainda o currículo profissional, a titulação dos candidatos e a atuação no programa de capacitação, a partir de um cadastro permanente disponível no *site* do Ministério, o qual recebe inscrições de pessoas interessadas em atuar no processo. Para a devida implementação do processo, os avaliadores recebem um guia com orientações de conduta/roteiro para o desenvolvimento dos trabalhos e participam de um programa de capacitação que tem por objetivo harmonizar a aplicação dos critérios e o entendimento dos aspectos a serem avaliados (BRASIL/MEC/INEP, 2003 e 2005).

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CENÁRIO ATUAL: CONCEPÇÕES EM DISPUTA

A avaliação da educação superior no cenário atual apresenta-se sob perspectivas distintas, indicando debates e posições que traduzem o horizonte político e teórico-metodológico em que esta é concebida e conceituada no âmbito da gestão acadêmica e administrativa das instituições. A avaliação entendida como um conceito abrangente e polissêmico, certamente vincula-se à compreensão do alcance do papel dessas instituições na estreita relação com o Estado.

Grosso modo, pode-se afirmar que tendências opostas balizaram o debate acadêmico na área nos últimos anos: uma, que tem por finalidade básica a regulação e o controle centrado em instrumentos estandardizados e, outra, voltada para a emancipação por meio de mecanismos e processos avaliativos autônomos e que promovam a compreensão e o desenvolvimento institucional. A primeira abordagem assume várias tipologias, sendo conhecida, dentre outras, como avaliação centralizadora, funcional, contábil, operacional, de resultados, enfim, de cunho pragmático. A segunda, por sua vez, recebe fundamentalmente as designações de avaliação formativa, participativa, efetividade social e científica, enfim de cunho emancipatório (Afonso, 2000; Dias Sobrinho e Ristoff, 2000; Domingues e Oliveira, 2000). Atualmente, observam-se tentativas de pensar e implementar sistemas de avaliação que sejam ao mesmo tempo emancipadores, no sentido do desenvolvimento das instituições, e regulatórios, tendo em vista o papel do Estado no controle da expansão com qualidade. Em certa medida, esse é o esforço que vem sendo empreendido no Brasil por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), desde de 2004.

A função social que a educação superior exerce em uma sociedade é expressão dessa mesma sociedade, uma vez que esse nível de ensino é permeado por práticas sociais antagônicas. Na visão de Ozga (2000) a avaliação cumpre quase sempre, nas relações capitalistas, o papel estratégico na disseminação de valores e finalidades de mercado que consubstanciam processos de gestão de natureza contábil e/ou de “economização” da educação. Portanto, nessa visão pragmática, as instituições de ensino superior devem desempenhar o papel de agências prestadoras de serviço e de preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Essa compreensão implica em uma lógica de eficiência e eficácia institucional que é, em geral, acentuada por um modelo de avaliação centrado em instrumentos de regulação e controle que buscam a padronização e a mensuração da produção acadêmica. Ou seja, modelos de avaliação estandardizada que enfatizam os resultados e os produtos, favorecendo a perspectiva do Estado avaliador e controlador.

Por outro lado, na perspectiva formativa e emancipatória, a avaliação não cumpre apenas o papel de controle, regulação e mensuração da eficiência institucional, mas apresenta-se como lógica indutora do desenvolvimento institucional, que se quer autônomo, e da promoção dos atores envolvidos no processo de produção acadêmica. Nesse sentido, a avaliação busca a melhoria da instituição e dos processos de gestão no seu interior por meio da humanização do trabalho acadêmico. Desse modo, compete às diferentes instituições de ensino superior e particularmente às universidades, o desenvolvimento das funções indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, sem subsumir-se à uma lógica de mercado.

Assim, a discussão acerca da avaliação não se restringe ao processo avaliativo em si, mas à compreensão do contexto em que este se insere no âmbito das reformas educacionais e

no das mudanças políticas e econômicas mais amplas. Ou seja, a avaliação não fica restrita à mensuração de suas tradicionais funções de pesquisar, ensinar e prestar serviços, mas envolve também as dimensões pedagógicas, sociais, ideológicas e gerenciais do processo avaliativo. Tal compreensão é importante na medida em que permite situar a avaliação “*como um dos eixos estruturantes das políticas educativas contemporâneas*” (Afonso, 2000; Dias Sobrinho, 2000; Dias Sobrinho e Ristoff, 2000).

DIMENSÕES FUNDAMENTAIS NO ESTUDO SOBRE A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A problemática aqui desenvolvida indica que são muitos os desafios a serem superados para que as propostas de avaliação que se desenvolvem em larga escala, atinjam os objetivos proclamados: seja no sentido de subsidiar o redirecionamento das políticas públicas de educação ou no sentido de provocar mudanças qualitativas no desempenho das IES.

De modo geral, as análises sobre a avaliação da educação superior em curso no Brasil indicam que é preciso considerar algumas dimensões fundamentais. A primeira diz respeito aos objetivos e valores desenvolvidos pelos mecanismos e programas de avaliação. Fica cada vez mais evidente que o sistema de avaliação pode implementar, paulatinamente, um processo de *economização* da educação que altera objetivos, valores e processos educativos. O processo de alteração dos objetivos e valores no campo educacional pode, ainda, pôr em discussão os fins da avaliação e o projeto de sociedade em construção. Concretamente, o sistema de avaliação pode estar comprometido com a *educação para a democracia* ou com uma *educação para o mercado*. Isso significa, por um lado, adotar valores articulados com o direito, com a justiça social e com a solidariedade ou por outro, com a função utilitarista da educação –ressignificação da Teoria do Capital Humano–, traduzida, mormente, pelos valores de competitividade, produtividade e eficiência. (Frigotto, 1995)

A segunda dimensão refere-se à ampliação do poder de regulação do Estado sobre as instituições mediante a redefinição da autonomia didático-científica e do padrão de qualidade para criação e funcionamento de cursos e a modelação da gestão e da produção do trabalho acadêmico das instituições. A avaliação gera, portanto, novo tipo de relacionamento com o Estado, pautando-se por maior autonomia ou por maior subordinação.

A terceira dimensão a ser considerada no estudo da avaliação é da compreensão dos novos processos de gestão universitária, de organização do trabalho docente e de formação. Na última década, a educação superior vem passando por mudanças que indicam ajustes estruturais em consonância com as transformações na sociedade contemporânea. Num primeiro momento, a avaliação cumpre papel de explicitação do padrão de gestão institucional e de produção do trabalho acadêmico e, num segundo momento, de mediação entre as demandas sociais e ajustes estruturais do ensino superior.

A quarta dimensão implica uma avaliação dos próprios mecanismos e instrumentos de avaliação produzidos pelas instituições ou no âmbito governamental. Cabe lembrar, que os instrumentos e as formas de coleta de dados não são neutros, uma vez que carregam significados que refletem a intencionalidade de cada proposta de avaliação. Portanto, o instrumental de avaliação indica uma concepção de avaliação e de educação superior, que

pode induzir maior controle e regulação por parte do Estado ou maior autonomia e desenvolvimento institucional.

A última dimensão a ser considerada é a de que a avaliação permite estabelecer e desenvolver uma reflexividade sobre o trabalho em educação superior, obrigando-nos a uma análise da própria natureza do ensino e da pesquisa, particularmente no que se refere aos fins da educação, ao conceito de homem e ao projeto de sociedade.

Além dessas dimensões fundamentais, é preciso considerar os efeitos que decorrem de quaisquer propostas concebidas a partir de decisões provenientes da burocracia estatal e que afetam diretamente as IES. A avaliação pode ser percebida sob esse prisma, pois freqüentemente é apresentada como solução para melhorar a qualidade do ensino superior, mas pode tornar-se um obstáculo, na medida em que se definam e se implementem mudanças controladoras e que pouco contribuem para a construção de novos conceitos sobre a qualidade do ensino. Reduzida à dimensão de controle, a avaliação corre o risco de não induzir a mudanças profundas no processo de ensino. Conseqüentemente, invalida o pressuposto de que, a partir das informações propiciadas pelas avaliações, o professor promoveria um processo de melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grupo de pesquisa acredita que se faz necessário buscar respostas circunstanciadas sobre o sentido político e ético que ancora as diretrizes teórico-conceituais da avaliação implementada no Brasil, bem como os seus efeitos nas Instituições. Parte do pressuposto de que a proposta avaliativa, numa perspectiva realmente qualitativa, deve deixar clara a resposta à questão nuclear: *para quê se quer avaliar?* Essa é a indagação básica para que a avaliação não se produza como um fim em si mesma.

É preciso, pois, responder também a indagações fundamentais tais como: Quais os efeitos da avaliação institucional sobre a gestão e o desenvolvimento institucional das IES? Quais as conseqüências dos exames na reorganização dos currículos dos cursos superiores? Quais os efeitos da avaliação na prática pedagógica dos professores? Quais as representações dos estudantes sobre a importância e os efeitos da avaliação no seu processo formativo? Quais são os vínculos entre avaliação e financiamento nos projetos institucionais? Que implicações essa vinculação pode trazer para as instituições? Que concepções, princípios, objetivos, metodologias, usos e resultados apresentam os projetos de auto-avaliação das IES? Quais os instrumentos e as formas de avaliação que estão sendo adotadas nas IES e em âmbito governamental?

Tais indagações só podem ser efetivamente apreendidas num projeto de investigação amplo que considere o impacto da avaliação em área como: projetos de auto-avaliação, planejamento, gestão universitária, currículo, trabalho docente e discente, dentre outros.

Comprometida com a visão que norteia a concepção do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, a avaliação deve servir ao propósito de contribuir para a formulação de juízos equilibrados e para a tomada de decisões que incidirão diretamente sobre o aperfeiçoamento do processo. Enfim, sugere-se um caminho metodológico que permita a

geração de mudanças no processo de suas construções e ainda na própria sistemática de avaliação.

A questão que se quer evidenciar, é que a avaliação institucional não deve ser reduzida a instrumentos formais para o controle da burocracia estatal. É preciso considerar que, em última instância, os programas de avaliação institucional referem-se recorrentemente ao propósito de estimular a qualidade da ação que se pretende aperfeiçoar. Para que os dados de uma avaliação não se reduzam ao formalismo burocrático, mas que sejam realmente norteadoras para as ações de qualidade, é necessário que as informações sistematizadas sejam compartilhadas com a comunidade acadêmica. Isto significa que todas as instâncias institucionais devem tomar conhecimento dos propósitos e políticas, assim como das bases teórico-metodológicas que norteiam as políticas e a própria sistemática de avaliação.

Finalmente, é preciso considerar que tanto os resultados positivos quanto os negativos evidenciados pela avaliação são dados que devem contribuir para o aprimoramento do processo educativo. Numa perspectiva realmente participativa, devem subsidiar a reflexão sobre o (re)planejamento e o (re)pensar contínuo das ações, de forma a evitar a rotinização e a conseqüente anulação da avaliação como instrumento transformador.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, Almerindo J. (2000): *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. São Paulo, Cortez.
- Barretto, Elba & Pinto, Regina (coord.) (2000): *Estado da arte: avaliação na educação básica*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- Brasil/MARE (1995): *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.
- Brasil/MEC (1993): *Plano decenal de educação par todos 1993-2003*. Brasília, MEC/UNESCO.
- Brasil/MEC/INEP (2003): *O sistema nacional de avaliação da Educação Superior* (Sinaes). Brasília, Inep.
- Dias S., José (2000): *Avaliação da educação superior*. Petrópolis RJ, Vozes.
- Dias S., José e Ristoff, Dilvo I. (orgs.) (2000): *Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência*. Florianópolis, Insular.
- Domingues, José L. e Oliveira, João F. (2000): "Concepções e práticas de avaliação da educação superior no governo Fernando Henrique Cardoso" em *Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da educação Superior – RAIES*. Campinas SP, RAIES, v.5, Nº 4 (18), pp. 17-22.
- Frigotto, Gaudêncio (1995): *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo, Cortez.
- Maluf, M. M. B. (1996): "Sistema nacional de avaliação da Educação Básica no Brasil: Análise e proposições" em *Estudos em avaliação Educacional* Nº 14. São Paulo, pp. 5-32, jul./dez.
- Ozga, Jenny (2000): *Investigação sobre políticas educacionais: terreno de contestação*. Portugal, Porto Editora.

OTRAS FUENTES

- Brasil/MEC/INEP. *O sistema nacional de avaliação da Educação Superior*. Disponível em www.mec.gov.br/inep. Acesso em março de 2005.